



42

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2011

A Paleografia e a Diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra

JOSÉ MARQUES

Prof. Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.)

josemarques.braga@gmail.com

Resumo:

Este artigo constitui uma síntese das vicissitudes por que passou o ensino da Paleografia na Faculdade de Letras de Coimbra, desde a sua criação, em 1911, até à passagem do seu I centenário, a cuja comemoração nos associamos.

Apesar de, inicialmente, aparecer integrada no conjunto das Ciências Auxiliares da História, o ensino da Paleografia – mais tarde constituindo, com a Diplomática, uma disciplina autónoma – desenvolveu-se, essencialmente, após a transferência do Curso de Bibliotecário Arquivista para esta Faculdade, em 1935, e mercê da docência empenhada dos professores Torquato de Sousa Soares e Avelino de Jesus da Costa, que prepararam instrumentos de estudo para os alunos, tendo-se esforçado também, sobretudo o último, por constituir um corpo de docentes e investigadores, dedicados à Paleografia e Diplomática e à História Medieval.

Como resultado desse projecto, de certo modo, ancorado no Instituto de Paleografia e Diplomática, e de outros aspectos apresentados na parte final do texto, a sua influência repercutiu-se noutras Faculdades portuguesas, tendo-se afirmado o ensino e a investigação nestas duas áreas, concretizada em dissertações de mestrado e de doutoramento, movimento, de que resultou a internacionalização de docentes universitários portugueses nestes domínios específicos e a presença de alguns nas Comissões Internacionais de Paleografia e de Diplomática, como representantes de Portugal, e a inclusão de dois índices, em português, no *Vocabulaire International de la Diplomatique*.

Palavras chave:

Paleografia; Diplomática; Álbuns; Normas; Vocabulário.

Abstract:

This paper is a summary of the vicissitudes that the teaching of paleography at the Faculty of Arts of Coimbra has undergone from its creation in 1911 until the completion of its first centenary, in whose celebration we take part.

Although it initially appeared integrated into the set of auxiliary sciences of history, the teaching of paleography – later forming, with Diplomatics an autonomous subject – evolved, in essence, after the transfer of the School Librarian Archivist course to this Faculty, in 1935, thanks to the committed teaching of professors Torquato de Sousa Soares and Avelino de Jesus da Costa, who prepared study instruments for students, and also endeavored, especially the latter, the constitution of a body of teachers and researchers dedicated to Paleography and Diplomatics, as well as to Medieval History.

As a result of this project, in a way anchored at the Institute of Paleography and Diplomatic, and other aspects presented at the end of the text, its influence was reflected in other Portuguese Faculties, while the teaching and research in both areas gained a high reputation, translated into successful masters and doctoral theses, a movement which resulted in the internationalization of Portuguese university teachers in these specific areas and the presence of some of them in the International Commissions of Paleography and Diplomatics as representatives of Portugal and the inclusion of two indices, in Portuguese, in the *Vocabulaire International de la Diplomatique*.

Keywords:

Paleography; Diplomatic; Albums; Rules; Vocabulary.

1. Introdução

O programa cultural das comemorações do I Centenário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, criada pelo Decreto com força de Lei, de 19 de Abril de 1911¹, entre as suas diversas iniciativas, não poderá deixar de ter presentes os aspectos mais relevantes do ensino de algumas disciplinas específicas, que, por motivos diferentes, se repercutiu em Faculdades congéneres de outras Universidades portuguesas, em particular, na segunda parte do século de existência, agora festejado, realidades comprovadas por muitos dos seus antigos e actuais docentes e alunos. Neste contexto e exercício evocativo, pela exemplaridade do percurso seguido, impõe-se evidenciar o ensino da Paleografia e da Diplomática, sabendo-se que o estatuto autonómico desta última, no contexto universitário conimbricense (em teoria), remonta ao último quartel do século XVIII, como teremos oportunidade de recordar. Entretanto, anote-se que a atenção se orientava, em particular, para a Diplomática, cujo ensino se pretendia estruturar, pois a Paleografia, que, na sua dimensão utilitária, era prática corrente, viria a afirmar-se, entre nós, sobretudo na centúria seguinte, com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, iniciada por Alexandre Herculano, em 1856², num contexto histórico e cultural que é bem conhecido, obra que dispensa quaisquer referências a projectos de idêntica natureza.

No ambiente festivo deste Centenário, na sequência do que nos foi solicitado, pretendemos evocar o papel determinante da Faculdade de Letras de Coimbra no ensino da Paleografia e da Diplomática, entre 1911 e 2011, com especial incidência na fase e nas circunstâncias da sua influência noutras Faculdades, movimento que marcou um período importante dos estudos de Paleografia e de Diplomática em Portugal e de afirmação da presença de docentes universitários portugueses nas respectivas Comissões Internacionais, com a

¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “A República e a autonomia da Universidade”, in *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n. s. VIII, 2010, p. 104. Este texto legislativo estabeleceu as Bases da Nova Constituição Universitária do País e criou as Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, cujos contornos institucionais foram sendo definidos, ao longo desse ano. Assim, a indispensável legislação orgânica surgiu pelo Decreto com força de Lei, de 9 de Maio de 1911; em 17 de Junho, procedeu-se à transferência de antigos professores da extinta Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras de Coimbra e do Curso Superior de Letras para a de Lisboa; em 19 de Agosto veio a público o Regulamento destas novas Faculdades de Letras.

² HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*. Vol.I, Olisipone, 1856.

sua frequente participação activa nos congressos, colóquios e outras iniciativas, periodicamente por elas realizados.

Enunciado o objectivo desta modesta colaboração, procederemos à sua exposição nas seguintes alíneas:

- Antecedentes
- Primórdios de uma caminhada
- Afirmação
- Irradiação
- E o futuro?

O desenvolvimento destes aspectos implicará também uma reflexão sobre as fases de crescimento desta Faculdade e a sua articulação com outras que, de algum modo, sentiram o reflexo do que nestas matérias aqui se ia fazendo, sobretudo, nas últimas décadas, pelo que algumas afirmações, relativas a certos aspectos, poderão levar a marca de testemunhos pessoais, que, apesar do incómodo da sua inevitabilidade, terão o mérito de comprovar, na primeira pessoa, os conteúdos mencionados, consequência e mérito de se escrever sobre assuntos a que, de alguma forma, estivemos ligado, durante o período de docência universitária.

2. Antecedentes

Como melhor se verá no decurso desta breve exposição, o ensino das duas disciplinas mencionadas em epígrafe, nesta Faculdade de Letras, surgiu com os primórdios da sua existência como unidade orgânica da pluricentenária Universidade de Coimbra, cuja história é conhecida, bastando-nos, por isso, remontar, apenas, à Reforma Pombalina, de 1772. É certo que a criação da Cadeira de Diplomática data de 24 de Julho de 1775, mas só 21 anos depois, em 6 de Janeiro de 1796, D. Maria I criou *de novo* esta Cadeira, integrada na Universidade, sendo nomeado como seu primeiro Mestre o Doutor em Cânones João Pedro Ribeiro, que tomou posse por procuração, no dia 11 de Abril desse mesmo ano³, colmatando, assim, uma falta, há muito, sentida no âmbito das ciências jurídicas, carência a que ele próprio, discretamente, alude no prólogo e está também latente no título das *Observações históricas e críticas para servirem*

³ CRUZ, António, “Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Suplemento ao vol. XIV, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1938, pp. 23-24.

de memorias ao systema da Diplomatica Portugueza, publicadas em 1798⁴. Esse mesmo objectivo ficou mais claramente expresso nos cinco volumes das suas *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e a Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, publicados entre 1810 e 1836.

Entretanto, não se deverá esquecer que a ligação do primeiro titular desta cátedra à Universidade de Coimbra, embora a títulos diversos, já se documenta, desde a segunda metade de 1781⁵.

Com esta decisão régia, tratava-se de iniciar e afirmar o ensino da Diplomática na Universidade, assim se justificando que, embora só ela figure nos títulos das obras mencionadas, a teorização apresentada no volume II das *Dissertações*, em diversos aspectos, interesse também à Paleografia, não deixando de ser estranho que a sua docência efectiva nunca se tenha concretizado em Coimbra, acabando por ser transferida para a Torre do Tombo, a partir de Fevereiro de 1801⁶.

São conhecidas as dificuldades por que passou a Universidade ao longo do século XIX, chegando, mesmo, a estar encerrada seis vezes, durante vários anos de cada vez⁷, com as inevitáveis consequências daí resultantes para a docência em geral. Tais perturbações na vida universitária não são de estranhar, no contexto político vivido em Portugal, ao longo da centúria de Oitocentos, e nem sequer lhe faltava o exemplo da França, durante a Revolução, com especial incidência entre 1793 e 1808, com a supressão de diversas universidades e encerramento de outras, tendo as Faculdades que foram sendo restauradas, após esta última data, ficado, inteiramente, subordinadas ao Estado⁸. E a instabilidade, no Ensino Superior, entre nós, notou-se também durante a Primeira República, isto é, desde a sua implantação, em 5 de Outubro de 1910, até 28 de Maio de 1926, como é sabido, sendo um dos exemplos mais expressivos o da Faculdade de Letras do Porto, criada em 1919 e extinta em 1928⁹.

⁴ RIBEIRO, João Pedro, *O. c.*, Lisboa, Academia Real da Ciências, 1798 (s.n.).

⁵ IDEM, *O. c.*, pp. 15-22.

⁶ SANTOS, Maria José Azevedo, “O ensino da Paleografia e da Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”, in *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 63. COELHO, Maria Helena da Cruz, *A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes*, in *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 18.

⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “A República e a autonomia da Universidade”, in *Biblos*, n. s. VIII, Coimbra, Faculdade de Letras, 2010, p. 97 e ss.

⁸ IDEM, *Ibidem*.

⁹ IDEM, *O. c.*, pp. 100-101 e 105.

Em Portugal, embora fora da Universidade, a Paleografia e a Diplomática, em termos práticos, foram tendo significativa visibilidade, especialmente com o início e a prossecução da publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*¹⁰, a partir dos meados do século XIX, projecto que ficámos a dever a Alexandre Herculano, dispensando-nos de mencionar outras obras.

3. Primórdios de uma caminhada

A partir dos finais do século XIX, passamos a estar mais informados acerca do ensino destas duas disciplinas, embora fora da alçada da Universidade de Coimbra, que continuava a ser a única existente em Portugal. Com efeito, entre as medidas tomadas, em 29 de Dezembro de 1887, no sentido da reorganização das Bibliotecas e Arquivos e sobre o programa da formação do pessoal técnico que aí devia trabalhar, figuram também a Paleografia e a Diplomática, cujo ensino seria ministrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹¹. Tal iniciativa pouco durou, pois, no contexto da movimentação política e cultural, verificado na viragem do século, em 1901, o Curso de Bibliotecário-Arquivista voltou a ser reestruturado, passando a ter a duração de três anos, sendo a maior parte das disciplinas que o integravam ministradas no Curso Superior de Letras, a que estava anexo, exceptuando-se, no entanto, as disciplinas de carácter mais técnico, como a Paleografia e a Diplomática, que continuariam a ser leccionadas na Torre do Tombo, e a Bibliologia e a Numismática, então, confiadas à Biblioteca Nacional¹².

Na sequência da implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, assistiu-se a alterações profundas no Ensino Superior, merecendo menção especial a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, em 22 de Março de 1911, sendo, menos de um mês depois, criadas as Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, em 19 de Abril desse mesmo ano. Com estas importantes transformações verificadas no Ensino Universitário, temos de reconhecer que o ensino da Paleografia e da Diplomática atingiu uma nova dimensão, pois, além do que, tradicionalmente, era ministrado no âmbito do Curso de Bibliotecário-Arquivista de Lisboa, onde prosseguiu, na Torre do Tombo, instituição a que tinha sido confiado, até à sua extinção, em 7 de Novembro de 1935, estas duas

¹⁰ Ver nota 2.

¹¹ MARQUES, José, “Rapport sur la situation de la Diplomatie au Portugal. Bilan du XX^{ème} siècle et son état en 2005”, in *Archiv für Diplomatik. Schriftgeschichte Siegel- und Wappenkunde*. Herausgegeben von Walter Koch und Theo Kölzer, 52. Band. 2006, pp.663-664.

¹² IDEM, *Ibidem*.

disciplinas passaram a ser leccionadas também nas novas Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa e, a partir de 1919, na do Porto.

Não queremos interromper, abruptamente, a referência ao serviço prestado ao ensino destas duas disciplinas pelo antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista¹³, em 1935, reestruturado e transferido para a Faculdade de Letras de Coimbra, que frequentámos, no ano lectivo do 1976-1977, e onde sobreviveu até 1982, altura em que deu lugar ao Curso de Ciências Documentais, que passou a ser leccionado também nas Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto, neste último caso, com ligeiros reajustamentos, superiormente autorizados.

Nestes novos Cursos, que procuraram responder às múltiplas necessidades de pessoal técnico qualificado, sentidas pelas mais diversas Bibliotecas e Arquivos do País, continuou a prestar-se particular atenção ao ensino da Paleografia e da Diplomática, que têm atraído a nossa atenção, impondo-se perscrutar, mais em pormenor, o que nestes domínios, se passou na Faculdade de Letras de Coimbra, agora empenhada na comemoração do seu I Centenário.

4. Afirmação

4.1. As disciplinas

Desde a sua criação, tanto esta Faculdade como a de Lisboa – e posteriormente, a do Porto, que só viria a ser criada em 1919 – não tinham que se preocupar com o ensino destas duas disciplinas aos alunos que se preparavam para trabalhar em Bibliotecas e Arquivos, pois a sua formação específica continuava confiada à Torre do Tombo, mas nem por isso as Faculdades de Letras podiam alhear-se da preparação indispensável, nestas áreas, aos alunos que frequentavam os cursos de Filologia Clássica, Filologia Românica e Ciências Histórias e Geográficas. Note-se desde já, que a *Paleografia* e a *Diplomática* ainda estavam longe de atingir a autonomia que, sobretudo, quem está mais ligado às respectivas Comissões Internacionais e acompanha o que neste domínio se passa no estrangeiro lhes reconhece, pois, nos primeiros tempos, surgiam sob a designação genérica de *Ciências Auxiliares da História*, que abrangia também

¹³ Embora o ensino da Paleografia e da Diplomática tenha sido reiteradamente reservado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na prática, os resultados obtidos não foram aquilo que seria de desejar, a avaliar pelas informações fornecidas por João Martins da Silva Marques, relativas aos últimos anos de vida do Curso Superior de Bibliotecário Arquivista, em Lisboa, bastando, além de outros esclarecimentos, contrastar o número de inscritos com o das desistências, e os admitidos a exame com os aprovados. (MARQUES, João Martins de Silva, *Do ensino da Paleografia em Portugal*, Lisboa, 1934, pp. 37-38).

a *Arqueologia*, a *Epigrafia* e a *Numismática*. Entretanto, convém observar que a integração destas disciplinas nas diversas licenciaturas ministradas nesta Faculdade de Letras foi-se reajustando ao programa global de cada um destes Cursos, conforme a experiência ia recomendando e as reformas curriculares iam consagrando, a partir de 1914.

O panorama assim desenhado é conhecido, pois foi traçado em pormenor por Maria José Azevedo Santos, sendo de assinalar o longo período balizado pelo anos lectivos de 1930-1931 e 1956-1957, em que a *Paleografia e Diplomática*, constituindo uma única cadeira, figurava nos Cursos de Históricas e Filosóficas, como disciplina do 2.º ano, e no de Filologia Românica, no 4.º ano¹⁴. Entretanto, a reforma de 1957-1958 concentrou a obrigatoriedade desta disciplina no Curso de Ciências Histórico-Filosóficas, que, em 1968, foi cindido nos de História e de Filosofia, continuando como obrigatória só no primeiro.

As alterações verificadas nos diversos Cursos desta e de outras Faculdades da Universidade de Coimbra – tal como nas demais do País, na sequência dos acontecimentos políticos de 25 de Abril de 1974 –, atingiu também o ensino da *Paleografia e Diplomática*, passando à condição de «cadeira de opção, para todas as licenciaturas da Faculdade incluindo a de História», não sendo de estranhar a mágoa com que esta realidade foi registada por escrito¹⁵. No mesmo estudo, é possível acompanhar a situação criada, embora com ligeiras variações, ao longo do período de 1974-1975 a 1998-1999, sobressaindo o contraste entre a importância atribuída à Paleografia e da Diplomática no Curso de Ciências Documentais e na Licenciatura em História¹⁶. São opções internas, que o leitor, apenas, pode observar.

A estas duas disciplinas, gradualmente, reduzidas a uma, a aplicação do processo de Bolonha, acarretou-lhe(s) novos constrangimentos, não só nesta, mas também noutras Faculdades e Universidades, contra os quais os docentes continuam a dar o seu melhor.

Nesta breve síntese, procurámos ter presente o desenvolvimento do ensino destas duas disciplinas, antes da criação da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1911, aí tendo começado logo a ser leccionada, mas sendo notória a sua intensificação, após a transferência do Curso de Bibliotecário-Arquivista para aqui, em 1935, até então, ministrado em Lisboa.

¹⁴ SANTOS, Maria José de Azevedo, “O ensino da Paleografia e da Diplomática”, in *O. c.*, p. 64.

¹⁵ IDEM, *O. c.*, pp. 65-66.

¹⁶ IDEM, *O. c.*, pp.110-115,

4.2. *Docentes*

Podemos, por isso dizer que a fase áurea do ensino da Paleografia e da Diplomática, em Coimbra, se afirmou a partir desta última data, por duas vias: no Curso de Ciências Históricas e no de Bibliotecário-Arquivista, que, durante mais de quarenta anos, beneficiaram da acção desenvolvida, sucessivamente, entre outros, pelos Professores Torquato Brochado de Sousa Soares e Avelino de Jesus da Costa. E esta nota é tanto mais salientar, quanto é certo que estas duas disciplinas integravam com outras, como a Epigrafia, a Esfragística, a Numismática, o rol das disciplinas designadas *Auxiliares da História*, sendo, por vezes, relegadas para segundo plano. Estava-se – mesmo a nível internacional –, ainda longe do reconhecimento da autonomia de que, actualmente, gozam, até por isso, valendo a pena sublinhar o trabalho desenvolvido pelos citados dois professores desta Faculdade. Os seus *curricula* são bem conhecidos, tendo sido condensados nos elogios académicos, oportunamente, publicados¹⁷, bastando aduzir aqui, apenas, os elementos indispensáveis ao esclarecimento do tema em análise, dispensando-nos de proceder a constantes remissões para os referidos elogios.

4.2.1. *Torquato Brochado de Sousa Soares*

Quanto a Torquato Brochado de Sousa Soares, recorde-se que nasceu no Porto, a 7 de Março de 1903, tendo-se licenciado, em 1924, na jovem Faculdade de Letras desta cidade, em Ciências Históricas e Geográficas, com a classificação de 19 valores, aí vindo a ser assistente e professor auxiliar, durante o curto período de 1927 a 1930. Interrompida a ainda curta carreira universitária, não abandonou o trabalho de investigação, especialmente, nos Arquivos Nacional da Torre do Tombo, Distrital de Braga e Municipal do Porto, orientada para o estudo das origens e desenvolvimento das instituições medievais portuguesas. Como geralmente acontece, o apoio de um conceituado professor é sempre útil na orientação da investigação a realizar e até para facilitar o acesso a instituições que se pretende frequentar. Assim aconteceu também com Torquato Sousa Soares, que, tendo obtido uma bolsa da Junta Nacional de Investigação Científica, em Abril de 1934, começou a trabalhar

¹⁷ COSTA, P. Avelino de Jesus da, *Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares. Notas bio-bibliográficas*, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVI, Coimbra, 1978. (Homenagem ao...). MARQUES, José, *Elogio do Professor Doutor Torquato de Sousa Soares*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2003. IDEM, *Elogio de Professor Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa (1908-2000)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007.

no Instituto de Estudios Medievales de Madrid, orientado pelo Prof. Cláudio Sanchez-Albornoz, a quem tinha sido apresentado pelo Prof. Paulo Merêa. Além das facilidades de investigação de que aí dispôs, teve também a possibilidade de frequentar a Biblioteca Nacional, a Real Academia da História, o Arquivo Histórico Nacional, bem como outros arquivos particulares, diversificando, assim, as fontes de informação relativas à temática medieval, que tanto o preocupava. Durante esse primeiro ano como bolseiro, concluiu a dissertação de doutoramento subordinada ao título *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, defendida em Coimbra, em Julho de 1935.

Apesar da obtenção do grau de doutor, de 1935 a 1937, prosseguiu as investigações em Madrid, Bruxelas e em diversos arquivos da Galiza, só retomando funções docentes, agora na Faculdade de Letras de Coimbra, em Dezembro de 1937.

Dada a preparação científica e a experiência adquirida, durante os anos dedicados à investigação, em Portugal e no estrangeiro, não admira que lhe tivessem sido confiadas as disciplinas de História Medieval, Paleografia, Diplomática, «*que regeu continuamente*»¹⁸, e a de Aperfeiçoamento Paleográfico, além de outras integradas no Curso de Bibliotecário-Arquivista, desde 7 de Novembro de 1935, da responsabilidade da Faculdade que o tinha contratado como docente.

A partir deste momento, pretendendo manter-nos fiéis ao título em epígrafe, seleccionaremos, apenas, os aspectos da actividade do Professor Torquato Soares, relacionados com o ensino da Paleografia, Diplomática e Aperfeiçoamento Paleográfico, eventualmente, desconhecidos das gerações de alunos mais recentes. Pensamos, em particular, na sua preocupação em organizar instrumentos de estudo, de que os alunos se poderiam utilizar para além dos horários lectivos, inclusive em suas casas e residências. Referimo-nos às três edições do *Álbum de documentos*, remontando a primeira ao ano de 1942, constituído por 76 páginas de ilustrações, publicado pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, datando as duas edições seguintes, respectivamente, de 1957 e de 1961, ambas com a chancela do mencionado Instituto e apenas com 60 páginas de ilustrações.

Compreendemos bem o esforço que representou a organização desta colecção, tendo em vista fins pedagógicos, aspecto a que não ficou indiferente a crítica nacional e estrangeira, valendo a pena registar a opinião do Prof. F. Mateo y Llopis, expressa na revista *Analecta Sacra Tarraconensia*,

¹⁸ COSTA, P. Avelino de J. da, *O. c.*, p. VI.

XVII, 1944, pp. 402/3, que considerou este *Álbum* «no solo muy útil para esta enseñanza en Portugal sino también recomendable para la misma España». O mesmo autor não hesitou registar a falta de transcrição dos documentos, aspecto que, numa perspectiva didáctica, é susceptível de alguma discussão.

O Prof. Torquato Soares, ao longo dos anos de docência, patenteou bem os aspectos práticos da Paleografia e da Diplomática em diversos dos seus estudos críticos, transcrições e publicações de documentos, com relevo para a demonstração da falsidade de alguns deles, impondo-se, assim, também como diplomata. Por brevidade e a título de exemplos, salientamos a repercussão que teve o seu estudo intitulado *Um testemunho sobre a presúria do Bispo Odoário de Lugo no território Bracarense*¹⁹, cujo original, de 30 de Agosto de 1025, encontrou no Arquivo Distrital de Braga, sendo igualmente relevantes as demonstrações da falsidade de outros por ele analisados e publicados sob os títulos *Documento de fundação do Mosteiro de Montederamo*²⁰ e *Um falso documento pontifício de Coimbra*²¹.

Continuando na esfera dos aspectos práticos destas duas disciplinas, é devida uma referência especial à edição crítica do *Livro das Calendas da Sé de Coimbra*, preparada em colaboração com Pierre David, em dois tomos, aparecidos em Coimbra, em 1947 e 1948.

Para encerrarmos estas referências à relação do Prof. Torquato de Sousa Soares com a Paleografia e a Diplomática, impõe-se observar também que, mercê do fruto da sua experiência de investigação arquivística, em Portugal e no estrangeiro, iniciou e desenvolveu o projecto de constituir no Instituto de Estudos Históricos, fundado pelo Prof. António de Vasconcelos, um arquivo de reproduções de documentos, em fotografias e microfilmes, progressivamente enriquecido, que, actualmente, constitui uma das preciosidades do Instituto de Paleografia da Faculdade de Letras de Coimbra, assistindo-lhe também o mérito de ter sido o primeiro a criar um arquivo desta natureza, em Universidades portuguesas. Dispensamo-nos de enumerar os arquivos nacionais e estrangeiros onde foi iniciada e prosseguiu a recolha da documentação aí disponível, que tem sido muito útil, não só aos investigadores deste Instituto, mas também a muitos outros, nacionais e estrangeiros.

Pela sua importância, seria impensável omitir esta dimensão, tão estreitamente ligada ao ensino e estudo da Paleografia e da Diplomática, nesta centenária Faculdade.

¹⁹ In *Rev. Port. Hist.*, 1, 1941, pp. 151-160,

²⁰ In *Rev. Port. Hist.*, 1, 1941, pp. 172-175.

²¹ In *Rev. Port. Hist.*, 2, 1943, p. 304

Apesar de não ser este o momento para nos determos em pormenores do seu *curriculum*, impõe-se observar que, de 1957 a 1959, esteve no Brasil, contratado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, onde, além de outros cursos, leccionou também os de Paleografia, área sempre muito apetecida no Brasil, como tivemos oportunidade de verificar em Niterói, durante o curso que aí ministrámos, nos meses de Abril-Maio de 1993. Durante a estadia no Brasil, proferiu também lições e conferências em Faculdades e outras instituições de S. Paulo, Santa Catarina, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Santos, tendo-se deslocado também a Buenos Aires, onde, há muito, se encontrava o seu antigo amigo, Prof. Cláudio Sanchez-Albornoz²².

Após o regresso, prestou provas de agregação, em 1962, e pouco depois, no mesmo ano, submeteu-se ao concurso para Professor Catedrático. Entre 1965 e 1970, permaneceu em Angola, onde colaborou na estruturação dos Estudos Gerais, tendo exercido as funções de Delegado do Reitor, no pólo de Sá da Bandeira.

Se esta prolongada ausência em Angola, em missão de extensão universitária, nos últimos anos da sua longa carreira universitária – concluída com a jubilação em 1973 –, se compreende, facilmente, sabendo que, em 1961, ainda publicou a 3.^a edição do *Álbum de documentos*, destinados ao estudo da Paleografia, é legítimo perguntar quem o substituiu na regência desta disciplina e da Diplomática, durante a ausência no Brasil.

4.2.2. Avelino de Jesus da Costa

A resposta é fácil, sabendo-se que, em 16 de Fevereiro de 1952, tinha sido contratado como assistente o licenciado Avelino de Jesus da Costa, desde o início ligado ao ensino destas áreas. Acrescia que o novo assistente, além de ter sido seu aluno durante o Curso de Ciências Históricas, contava já com vasta experiência de leitura paleográfica e de análise diplomática, proporcionada pelo notável projecto de inventariação de fragmentos de pergaminhos medievais, realizado com o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, ao qual apresentou nove extensos volumes de relatórios anuais, intitulados *Pergaminhos Medievais*²³,

²² COSTA, P. Avelino de Jesus da, *Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa*, p. IX.

²³ Embora um pouco extenso – do que pedimos desculpa –, parece-nos oportuno transcrever algumas palavras do modo como, ainda antes de concluir a licenciatura, o P.^o Avelino de Jesus da Costa descreveu este seu trabalho, nos termos que tivemos o prazer de integrar na seguinte passagem do *Elogio*, que lhe fizemos, na Academia Portuguesa da História: – «Nessa primeira campanha, em que a sua missão, como escreveu, foi «*Andar pacientemente durante anos atrás de fragmentos dessa cultura* [-clássica e medieval -], *como de folhas caídas e arrastadas*

correspondentes à duração do projecto, de 1944 e 1952. Tratou-se de uma investigação, verdadeiramente pioneira entre nós, cujos resultados, além do seu artigo *Fragmentos preciosos de códices medievais*²⁴, nunca tiveram a merecida divulgação, mas que alguns investigadores norte-americanos, devidamente autorizados pelo Autor, nos últimos anos da sua vida, muito apreciaram e têm utilizado.

Apesar de ter iniciado a carreira universitária já com idade bastante avançada, Avelino de Jesus da Costa percorreu-a de forma exemplar, tendo deixado uma vasta produção científica e pedagógica, que honra a Universidade e a Faculdade que serviu. Tal como fizemos com o seu antigo mestre e amigo, Prof. Torquato de Sousa Soares, procuraremos acentuar os aspectos do seu *curriculum*, essencialmente, relacionados com a Paleografia e a Diplomática, que nele tiveram um exímio cultor, apontando apenas os dados biográficos indispensáveis para situar a sua vasta obra, neste domínio.

Nascido em 4 de Janeiro de 1908, na freguesia de Vila Chã, Ponte da Barca, concluído *com distinção*, em 1928, o Curso de Humanidades no Seminário Diocesano de Braga, no ano seguinte, o arcebispo D. Manuel Vieira de Matos enviou-o para a Universidade Gregoriana de Roma, a fim de frequentar os Cursos de Filosofia e de Teologia, tendo obtido o grau de bacharel em Filosofia, com a classificação «*cum laude probatus*», equivalente a 17/18 valores, regressando logo a Portugal, atingido por grave doença, com prognóstico de pouco tempo de vida. Superada essa grave crise de saúde, conseguiu fazer o Curso Teológico no Seminário Conciliar de Braga, tendo sido ordenado sacerdote, em 15 de Agosto de 1933. Após dez anos de docência nos Seminários de Braga, acompanhada de alguma investigação, traduzida em vários estudos publicados, em 1943, o próprio arcebispo D. António Bento Martins Júnior tomou a iniciativa de o

pelo vento dos séculos», conseguiu encontrar mais de mil e seiscentos fragmentos de códices membranáceos medievais, pertencendo cerca de metade a livros litúrgicos, distribuindo-se os restantes por diversas áreas da cultura religiosa – Bíblia, Direito Canónico, Hagiografia, Oratória Sagrada, Patrística e Teologia – e de outros ramos do saber humano, não faltando alguns que veiculavam, parcialmente, textos de autores clássicos. Foi o que aconteceu com dois fragmentos do século XI, escritos em visigótica redonda, em que se conservavam alguns versos do livro III das *Geórgicas* de Vergílio, que publicou na revista *Humanitas*, em 1956». (MARQUES, José, *Elogio do Professor Doutor Cônego Avelino de Jesus da Costa (1908-2000)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 24). Podemos, agora, acrescentar que o número de espécies inventariadas ascendeu a 1709, abrangendo o vol. 9.º dos referidos relatórios os n.ºs 1557 a 1709.

²⁴ COSTA, P.º Avelino de Jesus da, *Fragmentos preciosos de códices medievais*, Braga, Edições Bracara Augusta – 4, 1949, 35 p.; publ. tb. in *Bracara Augusta*, 1, 1949, pp. 421-434; 2, 1950, pp. 44-63.

mandar frequentar o Curso de Ciências Históricas, na Faculdade de Letras de Coimbra, aí se tendo licenciado, em 25 de Julho de 1951. Contratado como assistente, em 16 de Fevereiro de 1952, doutorou-se, em 16 de Dezembro de 1960, com a defesa da tese *O Bispo D. Pedro e a Organização de Diocese de Braga*, classificada com 19 valores, que viria a ser muito polémica. Observadas todas as exigências legais, passou a professor extraordinário, em 29 de Julho de 1968, e ascendeu à cátedra, em 16 de Março de 1971, situação em que se jubilou, em 4 de Janeiro de 1978, tendo falecido, em 17 de Outubro de 2000.

Ao nosso objectivo interessa, sobretudo, documentar quanto fez, na sua qualidade de docente desta Faculdade, não só pelo ensino da Paleografia e da Diplomática, mas também pela selecção de um conjunto de docentes nos domínios destas disciplinas e da História Medieval, devidamente preparados nestas áreas, que, ao longo dos anos, têm enriquecido, além dos seus *curricula*, a Cultura Portuguesa com obras, realizadas com o recurso a estes instrumentos de trabalho, como teremos oportunidade de exemplificar.

Como acima referimos, o P.^o Avelino de Jesus da Costa, como ele, sistematicamente, assinava e gostava de ser tratado, esteve, desde os primórdios da sua actividade docente, ligado à História da Idade Média e à História do Cristianismo, como disciplinas nucleares, e à Epigrafia, Paleografia e Diplomática, Numismática, Arquivologia, Arquivoeconomia, as cinco últimas integradas também no Curso de Bibliotecário-Arquivista, de que foi Director, desde 1963 até à sua jubilação, em 1978. Em 1966, com a ausência do Prof. Torquato de Sousa Soares para Angola, assumiu também a direcção do Seminário de História Medieval, onde teve oportunidade de conhecer e seleccionar alguns dos actuais docentes da Faculdade de Letras, nessa área.

Como docente, à semelhança do que se passava com outros colegas, debateu-se também com a necessidade de preparar instrumentos de estudo para os alunos que, anualmente, ia recebendo e, se, inicialmente, em relação à Paleografia e Diplomática, foi pactuando com a generalizada praxe dos *Apontamentos*²⁵, coordenados e divulgados pelos estudantes da Associação Académica, conforme as circunstâncias lhe iam permitindo, passou, depois, a apresentar textos, cuja responsabilidade assumia, como aconteceu com os *Apontamentos de Epigrafia*, sendo a 1.^a edição de Coimbra, Casa do Castelo, 1956, enquanto a 2.^a edição, de 1972, apareceu enriquecida com reproduções impressas, de boa qualidade. Se estas duas edições se podem considerar comerciais,

²⁵ *Paleografia, Diplomática e Esfragística ou Sigilografia*. Apontamentos coligidos nas aulas do Rev. P.^o Doutor Avelino de J. Costa, durante o ano de 1965-66-67- Coimbra, 1966/1967.

porque isso interessa ao tema em exposição, devemos esclarecer que, na realidade, foram precedidas por duas versões dactilografadas, datadas de 1954 e 1955, conservadas no seu espólio. A informação não é insignificante, pois revela a preocupação de, logo nos primeiros anos de actividade docente, proporcionar aos alunos meios seguros de aprendizagem.

No sector da preparação de instrumentos didácticos, dirigidos aos alunos e outros interessados, a Paleografia e Diplomática receberam do P.^e Avelino de Jesus da Costa uma atenção privilegiada, patente nas seis edições do *Álbum de Paleografia e Diplomática*, publicadas entre 1966 e 1997. Não é possível nem necessário determo-nos na análise de cada uma delas, bastando observar que o Autor, que foi procedendo, sucessivamente, às alterações julgadas pertinentes, designou as duas primeiras – de 1966 e 1972 –, como (*Colecções provisórias*), e, se a 1.^a não menciona o nome do editor, a 2.^a é da responsabilidade do Instituto Dr. António de Vasconcelos. Por sua vez, as quatro seguintes, posteriores às alterações, internamente, operadas nesta Faculdade de Letras, na sequência da nova ordem surgida, em 1974, são da responsabilidade do Instituto de Paleografia e Diplomática, a que o Autor, como seu principal fundador, ficou incondicionalmente ligado.

Não obstante conhecermos outras realizações, surgidas no País, com objectivos idênticos, a colecção das seis edições deste *Álbum* continuará, por muito tempo, como a melhor iniciativa realizada em Portugal, nesta área, no século XX. Torquato de Sousa Soares foi pioneiro com as três edições do seu *Álbum de documentos*, mas o seu discípulo, amigo e, de certo modo, sucessor na responsabilidade por estas áreas científicas, o P.^e Avelino de Jesus da Costa foi mais longe, tendo fornecido elementos de estudo, não só relativos à Paleografia, com particular incidência na evolução da escrita, desde o período romano, nas diversas formas assumidas na Idade Média e nos tempos modernos, datação, validação e os mais variados aspectos da estrutura do teor documental, mas também para o conhecimento da Diplomática em geral, e das particularidades inerentes à Diplomática régia, notarial, eclesiástica, incluindo a pontifícia, e da própria sigilografia, para evocar, apenas, algumas das suas múltiplas potencialidades. E não se deverá omitir a reiterada preocupação de seleccionar e reproduzir, quanto possível, documentos de evidente alcance cultural e histórico, susceptíveis de estimularem o interesse dos alunos por estas disciplinas e respectivas potencialidades e importância, na perspectiva da investigação histórica.

Embora organizadas a pensar nos numerosos alunos da Faculdade de Letras, em que trabalhava e a que continuou intimamente ligado, mesmo após a jubilação, nomeadamente, nos que frequentavam a licenciatura em História

e o Curso de Bibliotecário-Arquivista e, posteriormente, o Curso de Ciências Documentais, este precioso instrumento de trabalho e estudo ultrapassou os muros da própria Universidade, passando a ser utilizado por numerosos alunos de outras Faculdades portuguesas, como mais à frente diremos, e por muitos outros interessados, sem ligação às instituições universitárias, opções que abonam o seu mérito.

Ainda no domínio da Paleografia, a Faculdade de Letras de Coimbra, por intermédio do Professor Avelino de Jesus da Costa, proporcionou também uma orientação segura, devidamente fundamentada, quanto à forma de transcrição dos documentos, através das *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, cuja primeira versão apareceu nas *Actas do Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses – 5.º, Braga, 1977*, Braga, Livraria Cruz, 1977, 44 p.

Estas importantes *Normas*, que ainda em sua vida tiveram mais duas edições, em 1982 e 1993, condensam o resultado de uma longa experiência e profunda reflexão sobre o assunto. Com efeito, o P.^o Avelino de Jesus da Costa, pertencia ao *Comité International de Paléographie*, cujos inícios remontam a 1953²⁶, pouco posterior à sua contratação como docente universitário. Tendo acompanhado os seus trabalhos e o esforço realizado, a nível internacional, no sentido da normalização do processo de transcrição dos documentos e dos textos manuscritos, medievais e modernos, e verificando a discrepância com o que se passava entre nós, por falta de orientação segura nesse domínio, apresentou no 5.º Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em Braga, em 1977, a que tivemos oportunidade de assistir, como aluno, há pouco, saído do Curso de Bibliotecário-Arquivista, da Faculdade de Letras de Coimbra, e, desde Novembro de 1974, assistente da Faculdade de Letras do Porto.

Nessa reunião científica, o Professor Avelino de Jesus da Costa, conhecedor do trabalho realizado pelo *Comité International de Paléographie*, a que pertencia, na comunicação, então apresentada, além das *normas* a utilizar na transcrição de documentos e textos latinos, comuns a nível internacional, não esqueceu as situações específicas dos documentos e textos escritos em português, tanto do período medieval, como dos séculos seguintes, com particular atenção aos aspectos fonéticos, específicos da língua portuguesa.

²⁶ *Comité International de Paléographie Latine. Annuaire*, 2010, p. 2.

Com a publicação desse texto nas *Actas* do citado Encontro, passávamos, finalmente, a dispor de *Normas* orientadoras, que conheceram grande êxito, não obstante, alguns, talvez um pouco displicentemente, as classificarem como as “*Normas de P.º Avelino*”, convindo frisar que ele se limitou a veicular as normas internacionais, em vigor, com a devida adaptação ao caso português.

Não há dúvida de que o ensino da Paleografia e Diplomática, na Faculdade de Letras de Coimbra, ficou, especialmente, marcado pela acção do Prof. Avelino de Jesus da Costa, num ritmo que continuou a projectar-se para além da sua jubilação, em 4 de Janeiro de 1978, como se comprova pelo facto de as três últimas edições do *Álbum de Paleografia e Diplomática*, cuja preparação teve oportunidade de acompanhar, datarem, respectivamente, de 1983, 1990 e 1997, o mesmo tendo acontecido com as 2.ª e 3.ª edições das *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, de 1982 e 1993. Do sucesso deste movimento difusor dos instrumentos de estudo e aplicação prática da Paleografia ter-se-ia uma imagem mais circunstanciada através da divulgação das tiragens das edições destas duas obras.

Mas as preocupações didácticas do Prof. Avelino de Jesus da Costa abrangiam outras disciplinas, cuja docência lhe estava confiada, tendo preparado também para os alunos das mesmas outros instrumentos de trabalho, que lhes continuariam a ser úteis, para além da preparação académica, na vida profissional. A título de exemplo, recordamos os *Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia (Arquivos Públicos e Arquivos Eclesiásticos)*, Coimbra, 1966, convindo esclarecer que alguns elementos aí apresentados se podem utilizar na resolução de aspectos cronológicos de sumários de Paleografia. Nessa mesma linha, três anos depois, proporcionou a todos os interessados, em particular, estudantes e profissionais, os *Subsídios para a organização de índices e de sumários e para a transcrição de textos*, publicados em Coimbra, em 1969, a que, a partir de 1977, se viriam a suceder as mencionadas edições das *Normas de transcrição*.

Sem olvidarmos a extensa produção bibliográfica, patente no seu *Curriculum*, deveremos evocar também, neste momento, alguns dos seus múltiplos e variados contributos à prática da Paleografia e da Diplomática, plenamente associadas em todos os seus trabalhos, bastando recordar os três volumes da edição crítica do *Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*, publicados, em Braga, respectivamente, em 1965, 1978 e 1990, tornando acessíveis aos interessados os 954 documentos deste importantíssimo códice bracarense, que é também o mais extenso conhecido na Europa; o *Bulário Português – Inocêncio III (1198-1216)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, realizado

em colaboração com Maria Alegria Fernandes Marques. A estas poderíamos acrescentar a responsabilidade de rever, ampliar e concluir, entre outras, as seguintes obras iniciadas por Rui Pinto de Azevedo, como os *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Instituto de Paleografia, 1979, e *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Particulares (1116-1123)*, vol. 4.º, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.

Como dissemos, em todas estas obras, além da componente paleográfica, está, igualmente, presente a expressão da sua competência de diplomata. Neste último aspecto, apraz-nos citar, entre outros, três dos seus estudos de repercussão internacional, começando por mencionar *La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle*, apresentado ao *IV^e Congrès International de Diplomatie*, realizado em Budapeste, Hungria, de 2 a 6 de Outubro de 1973, e publicado no vol. XV da *Revista Portuguesa de História*, em 1975, pp. 143-169, acompanhado do respectivo apêndice iconográfico. Este estudo foi prosseguido, com o objectivo de participar no *V^e Congrès International de Diplomatie*, que teria lugar em Paris, em Setembro de 1977. Porque se tratava de continuar o estudo anterior, intitulou-o *La Chancellerie Royale Portugaise et ses registres de 1217 à 1438*. Não lhe tendo sido possível estar presente, incumbiu o seu amigo, Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira de fazer a sua apresentação, em francês, e de entregar o original a publicar nas *Actas*, que nunca viram a luz do dia, por lá tendo ficado a tradução francesa e o apêndice iconográfico. Quando, em 1996, preparávamos o volume XIII da *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, de homenagem ao malgrado e saudoso Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, manifestou desejo de se associar à homenagem a este amigo que muito admirava, tendo-nos facultado o original desse estudo, que logo publicámos²⁷.

Há, porém, um dos seus estudos de Diplomática, que seria grave omitirmos, tanto mais que, em nosso entender, é um dos melhores – se não, mesmo, o melhor – pela profundidade e pela clareza da exposição. Trata-se do estudo intitulado *Dedicação da Sé de Braga. 28 de Agosto de 1089. Resposta a Bernard F. Reilly*²⁸, neutralizando as bases da argumentação deste autor, que remetia a data deste importante acontecimento litúrgico para 28 de Agosto de 1092. O Prof. Avelino de Jesus da Costa tinha sido o responsável pela iniciativa do

²⁷ COSTA, P.º Avelino de Jesus da, “A Chancelaria Real Portuguesa e os seus Registos de 1217 a 1438”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, II Série, vol. XIII, Porto, 1996, pp. 71-10. Lamenta-se a falta do apêndice iconográfico, oportunamente, entregue, em Paris, para a publicação das *Actas*, que nunca apareceram.

²⁸ COSTA, P.º Avelino de Jesus da, *Dedicação da Sé de Braga. 28 de Agosto de 1089. Resposta a Bernard F. Reilly*, Braga, Edição do Cabido Metropolitano Primacial Bracarense, 1991, 36 p.

Congresso Internacional, comemorativo do IX Centenário da Sé de Braga, e tinha plena segurança do que havia afirmado. Não poderia aceitar que, após a realização do Congresso e a publicação dos quatro volumes de *Actas*, alguém, sem fundamento, pudesse atrasar para 1092 a data do evento comemorado. Procedeu, por isso, de novo, a rigorosa análise histórica, paleográfica e diplomática dos factos e dos documentos utilizados por Bernard F. Reilly, tendo confirmado, mais uma vez, a data inicialmente defendida, neutralizando, ao mesmo tempo, os pretensos fundamentos em que Bernard F. Reilly tinha apoiado o seu estudo. As circunstâncias da elaboração deste estudo, aqui, resumidamente evocadas, poderão constituir um estímulo para a sua leitura atenta, vindo a propósito informar que o mesmo foi largamente distribuído pelos participantes no Congresso e enviado ao Editor da obra e ao próprio B. F. Reilly.

Neste contexto de *afirmação* do ensino da Paleografia e da Diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra, embora de forma muito sumária, impõe-se ter presente a importância da criação do respectivo Instituto, que, apesar do ambiente interno, vivido em 1974, e suas repercussões, o Prof. Avelino Costa, conseguiu levar a bom termo, tomando como núcleo primário as reproduções de documentos em fotografias e em microfimes, trabalho em boa hora iniciado pelo Prof. Torquato de Sousa Soares e por ele prosseguido, de que já fizemos menção.

A tudo isto sobrepõe-se a sua preocupação de estabelecer um corpo docente qualificado, processo continuado, nos anos seguintes, pela nova Directora, Prof.^a Doutora Maria da Cruz Coelho – que foi a primeira contratada²⁹ –, tendo sido neste contexto que Maria José de Azevedo Santos elaborou e defendeu a sua dissertação de doutoramento, com o sugestivo título *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172. (Aspectos técnicos e culturais)*³⁰, que recolhe também o mérito de ser a primeira, em Paleografia, em Portugal.

²⁹ Na temática que temos vindo a expor, além da sua dissertação de licenciatura *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 1.^a ed., Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977, e 2.^a ed., Arouca, Câmara Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, integra-se também a de doutoramento *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de História Rural*, 2 vols., 1.^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras, 1983; 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Estudos Gerais – Série Universitária, 1989.

³⁰ SANTOS, Maria José de Azevedo, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172. Aspectos técnicos e culturais*, Coimbra, 1988; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

O corpo docente ligado a este Instituto inclui também os Profs. Saul António Gomes³¹ e Maria do Rosário Barbosa Morujão³², que optaram por dissertações de doutoramento na área de Diplomática. Dispensamo-nos de entrar pela exposição do que tem sido a actividade lectiva destes quatro docentes, integrados no Instituto de Paleografia e Diplomática, já, há anos, minuciosamente, analisada pela Prof.^a Maria José Azevedo Santos³³, sendo, igualmente, conhecidos os trabalhos de investigação, realizados por estes professores, bem como as iniciativas de extensão universitária em que têm participado. Apesar do esforço de simplificação, que temos feito, pelo que representa de coesão entre estes docentes, julgamos oportuno distinguir uma colectânea de estudos de Diplomática, em que todos colaboraram³⁴.

Temos estado com o olhar, essencialmente, centrado no ensino e noutras actividades conexas com a Paleografia e a Diplomática e não se poderá olvidar que elas estiveram também presentes na selecção de outros docentes da área de História Medieval, como as dissertações de doutoramento e outros trabalhos de tomo por eles realizados³⁵ comprovam, tais sendo os casos das Prof.^{as} Maria Teresa Nobre Veloso³⁶, Maria Alegria Fernandes Marques³⁷ e Leontina Ventura³⁸.

Num olhar retrospectivo sobre o ensino da Paleografia e da Diplomática nesta Faculdade centenária, podemos afirmar que estas docentes, com as duas mencionadas um pouco mais acima – Maria Helena da Cruz Coelho e Maria

³¹ GOMES, Saul António, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra séculos XII a XIV*, Viseu, Palimage Editores, 2007.

³² MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra: A instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

³³ SANTOS, Maria José Azevedo, O ensino da Paleografia e da Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, in *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, pp. 59-131. Da mesma justificação nos servimos para reduzirmos ao mínimo as referências às publicações de outros docentes e investigadores, referidos também nesta exposição, contando, antecipadamente, com a compreensão de todos.

³⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário, *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Ed. Colibri, 2001, 257 p. Apesar de conhecermos as circunstâncias em que se deve reduzir ou, mesmo, eliminar a menção de autores, neste caso, optámos, conscientemente, pela referência de todos.

³⁵ Por brevidade, dispensamo-nos de os enumerar, mesmo parcialmente, pois são bem conhecidos.

³⁶ VELOSO, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 2000.

³⁷ MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990.

³⁸ VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1992.

José de Azevedo Santos – constituem o grupo mais expressivo, saído do que, em sentido lato, poderemos designar como primeira “geração” de docentes, que bem assinala o êxito da acção, predominantemente, desenvolvida pelo Prof. Avelino de Jesus da Costa, nos domínios da História Medieval, da Paleografia e da Diplomática. Por sua vez, os docentes Saul António Gomes – formado em Lisboa, mas seleccionado para docente, em Coimbra, com o parecer do referido Professor – e Maria do Rosário Morujão, sob o aspecto que nos ocupa, situam-se, cronologicamente, numa segunda fase da constituição do previsto e desejado corpo docente e, pelas respectivas produções científicas, em número e qualidade, honram a Faculdade que os acolheu e enriquecem a Cultura Portuguesa.

Embora não se trate de docentes universitários, pela importância que já têm no âmbito da História Medieval e da Cultura, cremos útil mencionar as dissertações, apresentadas por Anísio Miguel de Sousa Saraiva³⁹ e Luís Miguel Rêpas⁴⁰, como frutos amadurecidos do Mestrado em História Medieval, aqui frequentado, elaboradas com o valioso suporte de sólidos conhecimentos paleográficos. É possível que outros casos idênticos existam, cujo conhecimento nos escapa, mas estes dois poderão servir de amostra do muito que se esperava do formato dos Mestrados em vigor, até à aplicação do processo de Bolonha.

5. Irradiação

Com as breves notas até aqui apresentadas, cremos ter chamado a atenção para o importante contributo prestado pela Faculdade de Letras de Coimbra no ensino da Paleografia e Diplomática, dentro dos condicionalismos impostos pela legislação nos tempos imediatos à sua criação, mas, especialmente, desde que, em 1935, lhe foi confiado o Curso de Bibliotecário-Arquivista, sobressaindo, durante estas quatro décadas, a acção desenvolvida, pelos Profs. Torquato de Sousa Soares e Avelino de Jesus da Costa.

Como, de passagem, já se foi insinuando, o que neste domínio se passava nesta Faculdade, repercutiu-se noutras instituições de Ensino Superior, mercê de circunstâncias muito diferentes, nomeadamente, nas Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto. Esta última, criada em 1919 e extinta uma década depois,

³⁹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Edições – Tribuna da Marinha Grande, FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Governo Civil de Viseu e Câmara Municipal de Lamego, 2003.

⁴⁰ RÊPAS, Luís Miguel, *Quando a Nobreza traja de branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Edições Magno - Câmara Municipal de Arouca, FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

só viria a ser restaurada, decorridos mais de trinta anos, em 1961. Em relação ao tema que nos ocupa, para a primeira fase da sua existência não dispomos de informações concretas, mas durante as três longas décadas de extinção, a sua falta era bem sentida na Universidade e na cidade do Porto, tendo-se tentado minorar os efeitos negativos dessa situação, com a criação do Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, que viria a ter na revista *Studium Generale* o seu boletim oficial. É certo que o seu Director, Prof. Luís de Pina, no *Antelóquio* de abertura do n.º 1-2, ao apresentar as principais áreas de docência e investigação deste Centro de Estudos mencionou, estrategicamente, a «História de Portugal, Filosofia, Arte, Latim, Grego; Literatura portuguesa, espanhola e italiana»⁴¹, espectáveis para a desejada Faculdade de Letras, bem como outras de fácil integração. Apesar de omitida a sua referência, a Paleografia não poderia estar ausente do espírito de alguns membros deste Centro de Estudos, como António Cruz e Sérgio da Silva Pinto, autores de trabalhos que, sem uma conveniente preparação neste domínio, seriam inviáveis.

Após a restauração da Faculdade de Letras do Porto, a docência da Paleografia e Diplomática esteve confiada ao Dr. António Ferreira da Cruz, que se tinha licenciado em Coimbra, onde iniciou e prosseguiu, durante vários anos, a sua actividade profissional, na Biblioteca da Universidade. Foi nessa condição que, em Fevereiro de 1938, subscreveu a *Nota Prévia* ao *Breve estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, com 240 páginas, publicado no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, como Suplemento ao vol. XIV, número comemorativo do I Centenário da morte do Doutor João Pedro Ribeiro, aparecido nesse mesmo ano de 1938.

A ligação de António Cruz a Coimbra, além de outros estudos, ficou bem documentada na sua dissertação de doutoramento sobre *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média. Vol. I. Observações sobre o "scriptorium" e os estudos claustrais*, Porto, 1964.

Tendo-se formado em Coimbra, é compreensível que, uma vez investido em funções docentes, se fizesse eco da formação aí recebida, que chegou até nós, como seu aluno de Paleografia e Diplomática, no ano lectivo de 1972-1973. O exemplo conimbricense sobreviveu também na preocupação de, para além da colecção de fotografias, facultadas nas aulas, preparar um *Álbum* e umas *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*⁴². Foi desse ensino

⁴¹ *Studium Generale: Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1953, p. 2.

⁴² CRUZ, António, "Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal", in *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1966, pp.173-235.

que participámos, como aluno, e, temporariamente, transmitimos, como seu *monitor*, no ano lectivo de 1973-1974.

A alteração operada na sequência dos acontecimentos políticos de Abril de 1974 também deixou, na Faculdade de Letras do Porto, as suas marcas, desenhando-se, temporariamente, uma grande interrogação acerca do futuro da Paleografia e Diplomática. Entretanto, com Armando Luís de Carvalho Homem, tomámos posse como assistentes e, nessa situação, verdadeiramente provisória, a título particular, fomos ajudando alguns alunos, inscritos no Curso de História, em que estavam integrados, ao abrigo do regime militar, a prepararem-se para as provas, que o regime da sua inscrição, lhes permitia irem prestando.

A consciência da situação de instabilidade em que se vivia, apesar de contratado como assistente, levou-nos a inscrevermo-nos no Curso de Bibliotecário-Arquivista, na Faculdade de Letras de Coimbra, passando a frequentar o segundo ano, como nos permitia o facto de já termos feito no Porto as disciplinas de Paleografia, Numismática e Epigrafia, pertencentes ao elenco das do primeiro ano. Foi aí, na disciplina de Aperfeiçoamento Paleográfico, que tomámos o primeiro contacto com as *normas* de transcrição, publicadas, em 1977, e para cuja difusão contribuímos, durante mais de vinte e cinco anos. Não vem para aqui justificar a fundamentação teórica da plena adesão às referidas *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, mas não hesitámos afirmar que as suas vantagens, em confronto com transcrições anteriores do próprio Prof. Avelino de Jesus da Costa, de outros Mestres de Coimbra e de outras Universidades portuguesas, são, a todos os títulos, preferíveis.

Bem sabemos que não há uniformidade nas transcrições realizadas, no âmbito da sua utilização em trabalhos históricos e, menos ainda, nos domínios da Filologia. Não são regras, mas apenas *normas*, cujos resultados práticos, patentes em numerosas publicações de documentos e textos latinos e em português, comprovam o êxito da sua difusão a partir da Faculdade de Letras de Coimbra, a que a do Porto e, em parte, também a de Lisboa deram valioso apoio. E não pensamos, apenas, na produção escrita dos docentes destas Faculdades, pois temos igualmente presentes os estudos de numerosos alunos dos seus Cursos de Mestrado e de Doutoramento, que continuaram, criteriosamente, a utilizá-las nos seus trabalhos, maiores ou mais reduzidos.

Demos algum desenvolvimento ao contributo do *Álbum de Paleografia* e das *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos* na irradiação do ensino da Paleografia para fora da Universidade de Coimbra. Na linha do que fizemos em relação à preocupação que houve

na Faculdade de Letras de Coimbra de criar um corpo docente qualificado, até para não se ficar com uma visão distorcida da realidade, é de toda a justiça observar que também, em Lisboa e no Porto, surgiram idênticas necessidades, que, embora por vias diferentes, conduziram a resultados similares. Assim, enquanto, em Lisboa, como resultado do primeiro Mestrado em Paleografia e Diplomática, criado em Portugal, surgiam, em 1988, as dissertações elaboradas por Bernardo de Sá Nogueira⁴³ e António Ribeiro Guerra⁴⁴, que, lamentavelmente, permanecem inéditas. Poucos anos depois, estes docentes universitários concluíram e defenderam, com pleno êxito, as dissertações de doutoramento, respectivamente, em Diplomática⁴⁵ e na área de Paleografia e Diplomática⁴⁶.

No Porto seguiu-se por outra via, tendo a docente Maria Cristina Almeida e Cunha, que já tinha concluído o curso de Mestrado, na área das Ordens Militares, optado por estudar *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, daí resultando mais uma dissertação de doutoramento, essencialmente, voltada para os domínios da Diplomática. E a dinâmica não parou aí, pois uma sua discípula, Maria João Oliveira da Silva, sem qualquer vínculo à docência universitária, além de ter elaborado a dissertação de mestrado, intitulada *Scriptores et notatores. A produção documental na Sé do Porto (1113-1247)*⁴⁷, poucos anos depois, concluiu e defendeu a dissertação de doutoramento sobre *A escrita na Catedral: A chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média. Estudo diplomático e paleográfico*⁴⁸.

À semelhança do que fizemos em relação à Faculdade de Letras de Coimbra, julgamos pertinente mencionar algumas dissertações de mestrado, com alguma antecedência, elaboradas na Faculdade de Letras do Porto, levadas a bom

⁴³ Lourenço Eanes, *tabelião de Lisboa (1301-1331). Reconstituição e análise do seu cartório*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1988.

⁴⁴ *Os escribas dos documentos do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1155-1200). Exercício de análise de grafias*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1988.

⁴⁵ NOGUEIRA, Bernardo Sá, *Tabelionato e instrumento público. Génese e implantação (1212-1279)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

⁴⁶ GUERRA, António Joaquim Ribeiro, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos autores materiais*, Lisboa, 2003.

⁴⁷ SILVA, Maria João Oliveira da, *Scriptores et notatores. A produção documental na Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Fio da Palavra, 2008.

⁴⁸ IDEM, *A escrita na Catedral: A chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média. Estudo diplomático e paleográfico*, Porto, Faculdade de Letras, 2010.

termo por Cláudia Ramos⁴⁹, Sérgio Lira⁵⁰ e Joana Lencart⁵¹, que deram origem a algumas colecções documentais e tendo-se tornado acessível também um *costumeiro* monástico, por vezes, já referido, sem que tivesse havido coragem de o transcrever, na íntegra, e de proceder ao respectivo estudo global.

Tentando manter-nos fiel ao título desta breve colaboração, em que procurámos seguir o fio condutor do ensino da Paleografia e Diplomática, na Faculdade de Letras de Coimbra, é necessário observar que, de algum modo, se repercutiu ou, pelo menos, foi sendo acompanhado noutras Faculdades, aí se tendo processado também, nas últimas décadas, a graduação de docentes – e até não docentes – nestas áreas, podendo-se falar de um período de afirmação destas áreas do saber, a nível internacional, não só, mercê da presença de alguns portugueses nas respectivas Comissões Internacionais de Paleografia⁵² e de Diplomática⁵³, realidade já acima mencionada, – sem esquecermos que os primeiros que nelas entraram foram os Profs. Avelino de Jesus da Costa e Isaías da Rosa Pereira –, mas também porque, mercê da nossa participação no Colóquio *Científico* da Comissão Internacional de Diplomática, reunido em Edimburgo, de 12 a 15 de Setembro de 1989, a Língua Portuguesa está representada em dois índices do *Vocabulaire International de Diplomatique*. Do êxito obtido por esta obra é clara expressão o facto de a 1.^a edição, publicada em Junho de 1994, se ter esgotado, rapidamente, logo sendo necessário avançar com nova edição, aparecida em Abril de 1997⁵⁴.

⁴⁹ RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, 2 vols., Porto, 1991. (O 2.º vol. é constituído pela colecção documental).

⁵⁰ LIRA, Sérgio, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira – I – (dos primórdios a 1300); II, (Colecção documental)*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 2002.

⁵¹ LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade beneditina no século XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

⁵² José Marques (1990) e Maria José Azevedo Santos (1993).

⁵³ José Marques, Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís Carvalho Homem e Maria Cristina Almeida e Cunha.

⁵⁴ A realidade aí está e só vale a pena evocar o episódio que lhe deu origem para salientar a imperiosa necessidade que os portugueses temos de estarmos presentes em reuniões internacionais e resume-se em poucas palavras: – No mencionado Colóquio de Edimburgo, sob proposta do então Presidente, Carlrichard Brühl, decidiu-se proceder à publicação do *Vocabulaire*, na fase em que se encontrava, tendo-se optado, por razões de ordem prática, pela publicação do texto em francês, seguido de dois índices nas diversas línguas aí representadas: um, constituído pela tradução dos termos ou entradas pela ordem em que aparecem no próprio *Vocabulaire*, e outro, por ordem alfabética dos termos ou entradas traduzidos para as línguas utilizadas. Quando tudo se orientava no sentido de que os membros peninsulares constituíssem um grupo de trabalho, incumbido da tradução para castelhano, esclarecemos, com firmeza, que, na Península Ibérica,

No conjunto de informações que temos vindo a divulgar acerca da «irradiação» dos estudos de Paleografia e Diplomática, porque sublinha, mais uma vez a vantagem da presença dos portugueses em eventos científicos internacionais, conseguiu-se a aprovação da proposta de realização de um Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática, em Portugal, que teve lugar de 9 a 12 de Setembro de 1991, subordinado ao tema *Diplomatique Royale du Moyen Age XIII^e – XIV^e siècles*, concretizando-se, assim, uma antiga aspiração dos membros desta Comissão Internacional. Sedeado no Porto, os trabalhos decorreram também em Braga e em Coimbra, com o patrocínio das respectivas Universidades. O projecto só ficou completo com a publicação das comunicações, reunidas no volume *Diplomatique Royale du Moyen Age XIII^e-XIV^e siècles. Actes du Colloque*, Porto, Faculdade de Letras, 1996, 300 p., de boa qualidade gráfica, que prestigiou Portugal, neste contexto internacional.

6. E o futuro?

Antes de passarmos à conclusão, julgamos conveniente tentar responder a uma pergunta que os leitores mais atentos, após a leitura dos quatro pontos iniciais, orientadores desta exposição, não deixariam de formular e nós aqui antecipamos: – “*E o futuro?*”.

A pergunta é pertinente e surge, logicamente, na sequência dos pontos enunciados e tem presente todas as Faculdades de Letras do País. A resposta para quem se encontra, há vários anos, desligado do ensino destas disciplinas, além de delicada, seria, certamente, ousada – se não imprudente – por falta de conhecimento directo das alterações curriculares, introduzidas na sequência da adopção do processo de Bolonha, agravadas pelo generalizado desconhecimento do latim com que os alunos chegam à Universidade, factores, que, apreciados à distância, não obstante a dedicação e o esforço dos vários docentes conhecidos, parecem implicar um inevitável empobrecimento, numa perspectiva cultural e

havia duas línguas nacionais: castelhano e português, que eram irreduzíveis, o que não poderia deixar de ser aceite. Aí se iniciou, por isso, o trabalho de tradução, nessas duas vertentes, tendo-se realizado, depois, duas reuniões de trabalho, em Coimbra, com participação de elementos do Porto e de Lisboa, sendo justo salientar a presença dos Profs. Avelino de Jesus da Costa e Isaías da Rosa Pereira, que eram os membros mais antigos da *Commission Internationale de Diplomatique*, fundada, em 1970. Apesar dos frequentes problemas gráficos com textos portugueses, em tipografias espanholas, apesar de já se ter feito, oportunamente, a título particular, é este o momento de se distinguir e agradecer, publicamente, a atenção prestada a este assunto pela Coordenadora da Edição, Prof.^a Maria Milagros Cárcel Ortí, da Universidade de Valência, e tudo quanto fez pela perfeição dos índices em português, nestas duas edições.

de preparação, rumo a ulteriores investigações, outrora abertas nestes domínios, parcialmente, exemplificadas nos estudos mencionados ao longo da exposição.

Por isso, a resposta à inquietante pergunta sobre o futuro nestas áreas do saber só poderá ser dada por quem, actualmente, ensina e pelos discentes mais interessados em aprender.

7. Conclusão

Em jeito de conclusão, apresentamos algumas considerações finais, tendentes a recordar o sentido condutor desta exposição e a esclarecer a omissão das referências a muitos estudos, publicados ou, simplesmente, disponíveis nas Bibliotecas das Faculdades de Letras, a que nos referimos.

Concretizando o objectivo enunciado, valerá a pena observar que, apesar da remota tentativa de enriquecer a Universidade de Coimbra com a cátedra de Diplomática, oficialmente, confiada ao conhecido doutor e cónego portuense João Pedro Ribeiro, a iniciativa acabou por se frustrar, vindo a ser transferida para Lisboa, em 1801. Vicissitudes de vária ordem, com relevo para as de natureza política, verificadas ao longo do século XIX, a nível universitário, não lhe permitiram deixar marcas significativas. Em contraste, na dimensão prática e cultural, sobressaiu a meritória e já citada obra de Alexandre Herculano – *Portugaliae Monumenta Historica* –, que beneficiou do apoio oficial e da Real Academia das Ciências de Lisboa. A reiterada incumbência do ensino da Paleografia e da Diplomática ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde não faltavam os recursos materiais, em espécies documentais e codicológicas, para um ensino prático de qualidade, a avaliar pelo quadro traçado por João Martins da Silva Marques, incumbido dessa tarefa, nos anos que precederam a transferência do Curso de Bibliotecário-Arquivista para a Faculdade de Letras de Coimbra, em 1935, não permite formar uma ideia brilhante da qualidade desse ensino, que, aliás, seria de esperar.

Pelos motivos oportunamente aduzidos, nas primeiras décadas de vida da Faculdade de Letras de Coimbra, o ensino da Paleografia e da Diplomática, inseridas no conjunto das *Ciências Auxiliares*, também não se evidenciou.

Nestas circunstâncias, tendo presentes os elementos aduzidos, embora de forma bastante abreviada, julgamos poder afirmar, com segurança, que o ensino destas duas ciências, mesmo condensadas numa só disciplina, na Faculdade de Letras de Coimbra, afirmou-se, progrediu e expandiu-se, mercê da preocupação, esforço e dedicação dos Profs. Doutores Torquato de Sousa Soares e, sobretudo, Avelino de Jesus da Costa, como julgamos ter demonstrado, nas páginas que lhes dedicámos, sendo-nos grato também evocar o que sobre cada um deles

escrevemos, nos *Elogios* feitos na Academia Portuguesa da História, quando, sucessivamente, ocupámos as suas cadeiras.

Temos consciência de, na parte final, haveremos extrapolado o âmbito da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para acentuarmos a difusão de ensinamentos que daí irradiaram por várias formas e em diversos contextos, e, assim, cremos ter levado junto de um público mais vasto o conhecimento da dimensão dos estudos de Paleografia e Diplomática, em Portugal e no estrangeiro, contribuindo, ao mesmo tempo, para a internacionalização dos estudos universitários, quer, através da presença de alguns docentes portugueses nas respectivas Comissões Internacionais, quer, porque, desde 1993 até 2011, diversos docentes de Coimbra e do Porto têm ministrado cursos nestas áreas, a convite de Instâncias Internacionais, aspectos, geralmente, ignorados, no ambiente universitário português.

Esta extrapolação impunha-se, até para podermos chamar a atenção para o meritório trabalho realizado pelos docentes continuadores da acção iniciada por Torquato de Sousa Soares e desenvolvida e consolidada pelo P.^o Avelino de Jesus da Costa, cuja memória, até pelo contacto que com eles mantivemos – em especial com o segundo –, nos apraz evidenciar.

As notas dispersas ao longo desta participação na homenagem festiva à Faculdade de Letras de Coimbra, a que também nos sentimos ligado, na comemoração do seu I Centenário, poderão ser ampliadas noutros sentidos, mas, entretanto, proporcionarão uma visão de conjunto sobre a história do ensino aí ministrado, nestas áreas científicas específicas.

Recebido em/Text submitted on: 03/05/2011

Aceite em/Approved on: 21/07/2011